









# Profissionais da imprensa pedem ações contra violência no trabalho

Em audiência no Conselho de Comunicação, debatedores lamentaram a impunidade nos crimes contra jornalistas e radialistas

NOS ÚLTIMOS 12 anos, de acordo com dados da Unesco, 38 jornalistas foram assassinados no Brasil por razões de trabalho, mas apenas 10 desses crimes foram solucionados. Em audiência promovida ontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS), sobre violência contra jornalistas e radialistas, profissionais da área lamentaram os casos de intimidação, censura e violência física contra comunicadores e condenaram a impunidade.

Adauto Soares, coordenador de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil, observou que há 25 anos a Assembleia Geral da ONU proclamou 3 de maio como Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em uma tentativa de conscientizar o mundo para a luta a favor do direito de informar.

— Jornalistas continuam, no entanto, sendo mortos por investigar, denunciar e contar histórias, acrescentou. Os assassinatos acontecem em todos os estados, tanto nas periferias, quanto nas grandes cidades e nas regiões de fronteira — apontou.

No Brasil, um profissional foi assassinado no ano passado e foram registrados 82 casos de violência não letal, uma queda de 52% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira



Paulo Pimenta, Ana Dubeux, Murillo de Aragão, Josemar Pinheiro e Paulo Tonet Camargo

de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Mas o problema está longe de ser solucionado, segundo o presidente da Abert, Paulo Tonet Camargo.

— Não podemos tolerar violência contra um jornalista que for. É um ataque à liberdade de imprensa.

Para a diretora de Redação do jornal *Correio Braziliense*, Ana Dubeux, a intolerância e a falta de compreensão sobre o papel do jornalista são algumas das razões para os ataques.

— Nossa principal missão é informar, e não agradar. E muitas pessoas querem ser agradadas. Sem liberdade de imprensa, a democracia não existe — disse.

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, afirmou que até 2013 os profissionais

de imprensa eram perseguidos principalmente por políticos, mas desde então cresceram os casos de agressões feitas por policiais e manifestantes. Ela denunciou o descaso das empresas de comunicação com a segurança dos profissionais e lamentou a impunidade.

Os ataques contra a imprensa têm tornado mais difícil o trabalho dos profissionais de comunicação, conforme apontou o presidente da Federação Nacional das Empresas de Rádio e Televisão (Fenaert), Gulíver Leão.

— A imprensa é apenas a mensageira, noticia fatos, mas vemos a imprensa sendo colocada como vilã — disse.

O presidente do CCS, Murillo de Aragão, afirmou que o colegiado vai buscar soluções para o problema.

## Reguffe cobra devolução de impostos sobre medicamentos no DF

Em dezembro do ano passado, o governo do Distrito Federal determinou, por decreto, a devolução aos consumidores de parte dos impostos cobrados sobre medicamentos, afirmou Reguffe (sem partido-DF). De acordo com as regras do programa, ao longo de quatro meses os cidadãos comprariam remédios, informariam o CPF no ato da compra e teriam direito a uma parte dos impostos de volta.

O problema, disse, é que até agora os créditos desses impostos não foram lançados no site do programa.



Waldeir Barreto/Agência Senado

## Paulo Rocha lamenta dificuldade financeira de municípios do Pará

Paulo Rocha (PT-PA) lamentou a dificuldade enfrentada por municípios no interior do Pará por causa de quedas na arrecadação e no montante repassado pelo governo federal. Na opinião do senador, falta também infraestrutura para escoar a produção. Ele disse que os investimentos públicos estão voltados para grandes empreendimentos.

— Para o desenvolvimento da região, é preciso incluir o pequeno produtor, a agricultura familiar. O Pará tem vocação para ser um dos maiores produtores de peixe do mundo.



Waldeir Barreto/Agência Senado

## Combate a notícias falsas exige conscientização, diz relator

O combate às *fake news* (notícias falsas) não passa só pela criminalização da prática, mas pela ação conjunta de órgãos competentes para elaborar políticas públicas para conscientizar a população. A avaliação foi feita pelo conselheiro Miguel Matos, integrante do Conselho de Comunicação Social (CCS), ao relatar os 14 projetos de lei em tramitação no Congresso — 13 na Câmara e 1 no Senado.

Representante da sociedade civil, Matos preferiu não se manifestar a favor ou contra os projetos, tendo em vista a disparidade das propostas. Ele ressaltou que caberá ao legislador a definição das normas mais adequadas. O relatório deverá ser votado na próxima reunião do conselho.

De forma geral, ressaltou Matos, os projetos propõem criação de novas leis e alterações no Código Penal e no Código Eleitoral. As propostas que modificam o Código Penal têm caráter mais amplo. Outras contemplam

apenas o momento das eleições. O restante propõe definição de *fake news*, estabelecimento de responsabilidades e normas para retirada de conteúdo da internet. Entre os projetos, estão o PLC 79/2016, em tramitação no Senado, que muda as normas no setor de telecomunicações, e o PL 6812/17, em tramitação na Câmara, que dispõe sobre a tipificação criminal de divulgação



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Miguel Matos, qualquer retirada de notícia deve ser feita por ordem judicial

ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na internet.

Matos destacou o trabalho feito por uma frente parlamentar na Câmara sobre o tema e as ações propostas pela Comunidade Europeia no combate às notícias falsas, que incluem o aumento da transparência das notícias on-line, a "alfabetização midiática", a capacitação de jornalistas e usuários e a promoção de pesquisa contínua sobre o tema.

Na avaliação do conselheiro, a discussão sobre a divulgação de notícias falsas deve levar em conta a definição clara de *fake news* e a adoção do preceito de que a retirada de conteúdo deve ser precedida de ordem judicial.

O conselheiro Davi Emerich destacou o trabalho feito pela Justiça Eleitoral sobre o tema. A conselheira Maria José Braga disse que o debate conceitual está "contaminado" e cobrou uma definição precisa de *fake news*. Já o presidente do CCS, Murillo de Aragão, reconheceu ser preciso combater as notícias falsas.

## Hélio José registra aniversário de três regiões administrativas

Os aniversários de três regiões administrativas do Distrito Federal celebrados no início de maio foram destacados por Hélio José (Pros-DF) registrou.

Este mês o Guará completou 49 anos, Águas Claras, 15 anos, e Riacho Fundo 2 tem agora 23 anos, disse o senador.

Segundo Hélio José, mais de 322 mil habitantes nestas três regiões buscam uma vida melhor, moradia digna, mais emprego e formação profissional mais qualificada.



Waldeir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Rogério de Sá/Agência Senado



Valdir Raupp (C) coordena audiência com José Tavares de Araújo Júnior (E), do Cindes, e Lucas Ferraz, da FGV

## País precisa ampliar acordos internacionais, aponta debate

Especialistas defenderam ontem que o Brasil precisa aproveitar disputas no comércio mundial para firmar mais acordos de importação e exportação com países e blocos de países desenvolvidos

O BRASIL DEVERIA aproveitar o atual cenário de disputas no comércio internacional para aumentar os acordos comerciais com países e blocos, sugeriram ontem os participantes do quinto painel do ciclo de debates “O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”, da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Doutores em economia, ambos os debatedores convidados falaram sobre as oportunidades e os desafios para o Brasil diante das disputas comerciais internacionais, principalmente as protagonizadas pelos Estados Unidos com a China e em relação a produtos como aço e alumínio. Para eles, o Brasil precisa seguir a tendência mundial e fechar mais acordos de importação e exportação, principalmente com nações ou blocos de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, União Europeia, Coreia do Sul e Japão.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Lucas Ferraz informou que atualmente mais da metade de

todo o comércio global é feito por meio dos mais de 270 acordos comerciais regionais em todo o planeta. Para ele, o Brasil precisa deixar de lado o preconceito de que exportar é melhor que importar. Todo país que é grande exportador é também grande importador, disse o professor.

### Importação

Ele defendeu a diminuição das tarifas de importação brasileiras, principalmente de bens intermediários (componentes elétricos, borracha e plástico, por exemplo) e de bens de capital (máquinas, equipamentos e materiais de construção), como forma de o país ter uma maior inserção no comércio internacional. Isso também ajudaria no incremento do PIB, afirmou.

— Temos as maiores tarifas de bens de capital e de bens intermediários do mundo. Como a gente vai se integrar desse jeito? — disse.

O diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), José Tavares de Araújo Júnior, disse que os atuais movimentos

protecionistas do governo Donald Trump nos Estados Unidos seguem a tradição daquele país de medidas protetivas seletivas e temporárias, principalmente em governos de representantes do Partido Republicano.

Para ele, se o Brasil diminuir suas tarifas de importação de maneira gradual, os custos de produção da economia nacional ficariam mais baratos.

Ele sugeriu que o Brasil promova uma reforma portuária inspirada em grandes portos do planeta, como Roterdã, na Holanda, e Xangai, na China. A reforma, ressaltou, tem que priorizar a governança corporativa da autoridade portuária para eliminar as influências políticas nos portos e dar mais transparência ao setor. Com isso, o Brasil caminharia mais rápido para a integração internacional.

A audiência interativa foi conduzida pelos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Valdir Raupp (PMDB-RO). A CRE é presidida por Fernando Collor (PTC-AL) e tem Jorge Viana (PT-AC) como vice-presidente.

## Comissão analisa incentivo a esporte na escola

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar hoje dois projetos que tratam de medidas de incentivo à prática esportiva no ambiente escolar. Se aprovados na comissão e não houver pedido para análise do Plenário, seguem para a Câmara.

Uma das propostas, do senador Romário (Pode-RJ), estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem apoiar jogos escolares como forma de promoção do desporto escolar (PLS 488/2015).

Para o senador, é fundamental incentivar e promover o espaço escolar como local indispensável para o projeto de democratização do esporte

no Brasil. Romário diz que o objetivo é aproximar a iniciação desportiva e a escola. Pelo texto, a iniciação para a prática de esportes deverá ocorrer em espaços que disponham de infraestrutura para o desenvolvimento de, no mínimo, três modalidades esportivas.

O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), é favorável ao projeto.

### Princípio

A segunda proposta, do senador Lasier Martins (PSD-RS), prevê o incentivo ao desporto como um dos princípios da educação nacional (PLS 25/2017). Os objetivos do projeto são contribuir para a saúde e o desenvolvi-

mento das potencialidades do desporto de rendimento, além de destinar os recursos de financiamento desportivo preferencialmente ao desporto escolar.

Relator, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) elogia a iniciativa ao apontar que o estímulo ao desporto educacional deve ocorrer de forma ampla e continuada, incluindo a descoberta, a formação e o incentivo de novos talentos.

Na mesma reunião, a comissão vai analisar o projeto que cria o Dia Nacional da Resolução de Conflitos (PLS 305/2017), dois requerimentos para audiências públicas e uma série de projetos que nomeiam estradas e viadutos.

## Gastos com educação devem ser monitorados, dizem especialistas

Os recursos destinados à educação devem ser bem empregados e constantemente monitorados, afirmaram ontem os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre o controle externo das despesas do setor.

Participaram do debate pesquisadores e representantes dos tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, destacou que seu estado gasta em três anos com um presidiário o mesmo que investe em um aluno em 17 anos de educação básica.

O professor da USP José Marcelino Pinto disse que, sem mais recursos, não é possível melhorar a escola pública.

E a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élide Graziane Pinto advertiu que a gerência na educação pública tem que evoluir.

— Qualquer dono de escola particular sabe, diante do número de alunos que tem e do número de turmas que tem, se os seus professores estão com uma carga horária, no seu plano de cargos e salários, na sua estrutura de carreira, de 40

horas, de 30 horas, de 20 horas, e se as turmas estão em horário integral, parcial. Qualquer dono de escola particular sabe de quantos professores precisa — afirmou a procuradora, observando que a administração pública precisa ter o mesmo tipo de controle que o ensino particular.

Élide também apresentou dados que apontam investimento federal maior no ensino superior do que na educação básica. O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) se mostrou surpreso.

— Eu mesmo não sabia que os recursos federais alocados ao Fundeb são inferiores ao do Fies, algo que nos espanta — afirmou.

Os senadores foram apresentados a um aplicativo do Tribunal de Contas de Minas Gerais que monitora o cumprimento de metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). A assessora da presidência do tribunal Naila Garcia Mourthé detalhou o aplicativo “Na Ponta do Lápis” que funciona apenas para municípios mineiros. Mas, segundo ela, a plataforma é aberta e pode ser adaptada facilmente pelos demais estados.



Anastasia (C) se disse surpreso com investimento menor na educação básica

## Brasileiros são contra o foro privilegiado, ressalta Randolfe

O Congresso já poderia ter aprovado a PEC 10/2013, que dá fim ao foro privilegiado, no caso de crime comum, para todas as autoridades, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo ele, como o texto ficou parado na Câmara dos Deputados, a decisão de limitar o foro a casos relacionados aos mandatos parlamentares acabou sendo tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

O senador ressaltou que mais de 70% dos brasileiros são contra o foro por prerrogativa, por acreditarem que se trata de uma medida “para privilegiar alguns e acobertá-los com o manto da impunidade”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Telmário pede medidas para crise da imigração venezuelana

Telmário Mota (PTB-RR) cobrou do governo medidas urgentes para conter a imigração dos venezuelanos, que, disse, tem prejudicado os roraimenses. Ele ressaltou que o pedido de providências vem sendo feito desde o fim de 2015, mas o governo age com indiferença.

Segundo o senador, o estado não suporta a imigração de massa, que tem gerado, só na parte educacional, aumento de quase 400% na demanda.

— Na saúde, são números assustadores; na segurança, não se fala. E o pior que o recurso que o governo federal encaminhou ao estado não chegou a R\$ 400 mil ou 500 mil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Reforma tributária pode reduzir concentração de renda, diz debate

Para os debatedores, o atual sistema tributário beneficia os mais ricos, que têm mais isenção fiscal e pagam menos Imposto de Renda

PARA REVERTER A concentração de renda nas próximas décadas, senadores, especialistas e sindicalistas defenderam mudanças na legislação tributária, investimentos na educação e políticas de distribuição de renda, de reforma agrária e de valorização do salário mínimo. A avaliação foi feita ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso de Souza, afirmou que o atual sistema beneficia os mais ricos, que têm mais isenções fiscais e pagam menos Imposto de Renda e sobre o patrimônio.

— As desigualdades nascem a partir do momento em que o sistema tributário não cumpre a função de redistribuição de renda. Ao contrário, protege os mais ricos, sempre com o discurso de que é para atrair investimento. É, sim, por meio de uma reforma tributária qualificada, com visão solidária, que nós vamos conseguir diminuir este enorme fosso de desigualdade que separa nossa sociedade hoje. Uma enorme parcela vive inclusive abaixo da linha da miséria.

Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Apli-



Vice-presidente da CDH, Paim (4º à esq.) destaca que o Brasil é um dos países com maior concentração de renda

cada (Ipea) Sergei Suarez, nos últimos 20 anos, as políticas públicas para redução da concentração de renda dos mais ricos foram desenvolvidas em torno da educação, do salário mínimo e da proteção social.

— Hoje essas políticas não são suficientes. Acabou a fase indolor da redução da desigualdade. Agora a gente tem que dizer quem vai perder ou quem vai deixar de ganhar. É preciso retomar a reforma da Previdência, pensar em uma reforma que seja progressiva. A gente tem que pensar também em reforma agrária, na abertura da economia e na redução dos monopólios — afirmou.

O relatório da ONU que usa como referência o Índice

de Gini aponta que o Brasil ocupa a décima pior posição no ranking da desigualdade, atrás de nações como Ruanda, Congo e Guatemala. Já o IBGE revela que, enquanto 10% dos brasileiros mais ricos detêm 43% da renda total, os 10% mais pobres dividem menos de 1% da riqueza nacional. Levantamento do IBGE revela que, em 2017, 1% da população teve rendimento médio mensal de R\$ 27 mil, enquanto metade dos trabalhadores ganhou R\$ 754, um valor menor do que o salário mínimo.

## Cor e gênero

Os debatedores lembraram que a desigualdade na distribuição de renda é ainda maior

nas regiões mais pobres e entre negros, mulheres e pessoas com menos escolaridade. O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou os indicadores e citou relatório da ONG inglesa Oxfam, segundo o qual seis famílias brasileiras concentram uma fortuna de aproximadamente R\$ 300 bilhões.

— O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do mundo. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Os indicadores de miséria e pobreza aumentam a concentração de renda. É um absurdo que seis famílias praticamente detenham mais de 50% de tudo que é produzido no país. Poucas vezes essa informação é divulgada — alertou o senador.

## Servidores veem ameaça em projeto de lei sobre Previdência

Representantes de entidades de servidores públicos alertaram ontem para uma espécie de “reforma da Previdência disfarçada” em tramitação no Senado. A audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu projeto que trata da compensação previdenciária entre os entes federativos (PLS 395/2017). De acordo com os participantes do debate, porém, o texto traz embutida a possibilidade de triplicar a alíquota de contribuição dos servidores.

Com a compensação previdenciária, os entes federativos custeiam benefícios de contribuintes que estavam anteriormente vinculados a outro regime. Esse é o caso, por exemplo, de um servidor municipal que passa em concurso para cargo federal. Apesar de ser essa a ementa do projeto, os participantes da audiência disseram ter descoberto, em outros artigos, regras que prejudicam o conjunto dos servidores públicos.

A mudança em questão é a possibilidade de criação de

alíquotas suplementares de contribuição previdenciária para equacionar os deficits financeiros e atuariais. De acordo com o texto, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), no caso de avaliação atuarial apontar deficit, os servidores poderão ter que pagar uma contribuição suplementar. No texto original não havia limite para essa contribuição, mas o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), estipulou o máximo de 22% da remuneração. Com isso, o total pago pelos servidores para a Previdência poderia chegar a 33% da remuneração, três vezes o que pagam hoje.

— Isso demonstra que o governo tem um interesse claro de confiscar a renda do trabalhador. O servidor público, hoje, contribui com 11% do total dos rendimentos e continua contribuindo depois de aposentado. Agora, cria-se uma contribuição suplementar de mais 22%. Somando com o Imposto de Renda, dá mais da metade do salário do

trabalhador — disse Rogério Araújo, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

## “Ementa errada”

Para o diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso Malhani, o governo deixou um “balão de ensaio” que poderia levar os trabalhadores a pagar, para o resto da vida, uma alíquota de 33%. O texto, disse, é mais que uma reforma previdenciária e mexe profundamente na condição financeira dos contribuintes sem mencionar isso claramente na ementa.

— Se esta coisa veio em silêncio até aqui é porque a ementa estava errada e conduzia o leitor a engano. Eu quero alertar a todos que, em última análise, é uma tentativa de facilitar um golpe no trabalhador — disse Malhani, antes de afirmar que o autor possa ter sido levado a cometer um erro. Ele sugeriu que sejam ouvidos representantes do

governo sobre o projeto.

O presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins Neto, lembrou que o texto não recebeu nenhuma emenda na CAS. Para ele, o projeto não pode ser votado sem o debate necessário:

— Não pode uma matéria dessa importância estar pronta para ser votada. A qualquer momento essa matéria pode ser incluída na pauta da CAS e ser deliberada como temos visto em alguns projetos importantes aqui no Senado — afirmou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que pediu a audiência, prometeu aos participantes que conversará com o autor do projeto, para pedir a retirada do texto, e depois com o relator. Se não obtiver sucesso, afirmou, fará requerimento para que a proposta seja analisada por mais comissões além da CAS e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as duas previstas inicialmente.

## Paim anuncia para quinta a leitura do Estatuto do Trabalho

O Estatuto do Trabalho está pronto para ser apresentado ao Senado, disse Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o documento será lido na quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto foi preparado a partir do trabalho de uma subcomissão com esse fim.

De acordo com Paim, o novo estatuto tem mais de 900 artigos, recupera direitos retirados com a reforma trabalhista e trará regras que beneficiam tanto trabalhadores quanto empregadores. Paim disse que ouvirá sugestões de todos e que o texto ainda será debatido.

— Como relator, eu ficarei recebendo todos os subsídios — declarou.

## Fátima critica plano de fechamento de agências dos Correios

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o plano dos Correios, noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de fechar 513 agências e demitir mais de 5 mil funcionários.

— Isso estava sendo tramado na surdina. Mas, a exemplo da luta que desencadeamos para defender os bancos postais, vamos agora nos posicionar contra o fechamento das agências próprias — disse a senadora.

Fátima considerou uma tragédia o desmonte dos Correios e anunciou que a Comissão de Desenvolvimento Regional vai fazer uma audiência sobre o assunto.

## Gleisi Hoffmann lembra 30 dias da prisão de Lula

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou, sob protestos, que ontem se completaram 30 dias da prisão do ex-presidente Lula. Ela reafirmou, no entanto, que o PT lançará o ex-presidente como candidato do partido nas eleições presidenciais de 2018 e que é mentira que Lula não possa se candidatar.

Gleisi argumentou que a Constituição prevê a suspensão dos direitos políticos de qualquer pessoa apenas após o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, o que não seria o caso do ex-presidente Lula.



Waldemir Borreto/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado